



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Estudos Preliminares

Aquisição de certificados digitais para servidores Tipo A1

Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação			
Papel	Nome Completo	Lotação	Ramal
Integrante Demandante	Livio de Assis Ara	SEMIN	7139
Integrante Técnico	Raphael Ângelo Viana Duarte Oliveira	SEMIN	7373
Integrante Administrativo	Lisa Valeria Rebouças Tio	COSUP	7128

Versão deste documento 1.0

Data 09/12/2020



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

SUMÁRIO

Sumário	2
1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	4
Contextualização	4
Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda	4
1.1.1 Requisitos Funcionais	4
1.1.2 Requisitos Não Funcionais.....	4
1.1.3 Requisitos Tecnológicos.....	5
1.2 Identificação de Soluções que Atendem aos Requisitos	5
1.2.1 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC e/ou Contratadas por Outros Órgãos	5
1.3 Análise dos Custos Totais da Demanda	6
1.4 Escolha e Justificativa da Solução	7
1.4.1 Descrição da Solução	7
1.4.2 Alinhamento da Solução.....	7
1.4.3 Benefícios Esperados	7
1.4.4 Relação Demanda/Quantidade	7
1.5 Adequação do Ambiente	7
2 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO.....	7
2.1 Recursos Materiais e de Pessoal	7
2.2 Continuidade Contratual	7
2.3 Transição e Encerramento Contratuais.....	7
2.4 Independência Tecnológica.....	7
3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO	8
3.1 Natureza do Objeto	8
3.2 Parcelamento e Adjudicação do Objeto.....	8
3.3 Modalidade e Tipo de Licitação	8
3.4 Classificação e Indicação Orçamentária	8
3.5 Equipe de Apoio à Contratação.....	8
3.6 Equipe de Gestão da Contratação.....	8



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

4 ANÁLISE DE RISCOS 8



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1 ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Contextualização

Atendimento de um requisito técnico para integração do sistema GEORFI (Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira), que está sendo desenvolvido pela Fábrica de Software – OPAH, via Web Services, com o novo SIAFI."

O objeto do presente contrato é a aquisição de um certificado digital para servidor. Os certificados são utilizados para garantir autenticidade e confidencialidade das informações eletrônicas que tramitarão nos sistemas.

Com o aumento do uso da Internet para diversos fins, tornou-se imprescindível a criação de meios que possibilitem a comunicação entre dois pontos, por meio da rede, com utilização de recursos de segurança que incrementem a confiabilidade e autenticidade. Dentre os diversos protocolos de segurança existentes, a utilização de certificados Secure Socket Layer (SSL) merece destaque. Ele permite que aplicativos cliente/servidor possam trocar informações com segurança, garantindo a confidencialidade do conteúdo que trafega na Internet.

Foi estimada uma quantidade de 01 Certificado digital para equipamento servidor Tipo A1, para implementação do módulo de integração do GEORFI com o novo SIAFI.

Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

1.1.1 Requisitos Funcionais

- Atendimento de um requisito técnico para integração do sistema GEORFI (Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira), que está sendo desenvolvido pela Fábrica de Software – OPAH, via Web Services, com o novo SIAFI.
- Ampliar os mecanismos de segurança de acesso às informações dos sistemas, através de criptografia dos dados.

1.1.2 Requisitos Não Funcionais

a) De Capacitação

Não será necessário capacitar os clientes de TI.

b) Legais

Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

Medida Provisória nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;



Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

c) De Manutenção

Não se aplica.

d) Temporais

O prazo para entrega dos itens é de até 05 dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho.

e) De Segurança da Informação

A solução visa melhorar os requisitos técnicos de segurança da informação, tendo em vista que a utilização de certificados Secure Socket Layer (SSL) permite que aplicativos clientes/servidores possam trocar informações com segurança, garantindo a confidencialidade do conteúdo que trafega na Internet.

f) Sociais, Ambientais e Culturais

Com a implantação da funcionalidade da integração do GEORFI com o novo SIAFI, serão abolidos processos que necessitavam de impressões em papel, reduzindo sensivelmente o seu consumo.

1.1.3 Requisitos Tecnológicos

- Emitidos por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);
- Validade de 12 (doze) meses, contados da data da emissão;
- Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
- Possuir chave de no mínimo 2048 bits (dois mil e quarenta e oito bits) e algoritmo de assinatura SHA256.
- Possuir compatibilidade com os navegadores web: Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome.

1.2 Identificação de Soluções que Atendem aos Requisitos

1.2.1 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC e/ou Contratadas por Outros Órgãos



Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

A integração via Web Services é uma inovação do Novo SIAFI sem paralelo no SIAFI Mainframe. Trata-se da possibilidade de que potencialmente qualquer sistema se integre diretamente ao Novo SIAFI através da troca de mensagens.

Para estabelecimento de uma conexão segura entre o Novo SIAFI e o sistema cliente, faz-se necessário o estabelecimento de uma Autenticação Mútua entre os sistemas que criará um canal seguro para troca de informações. Deve ser usado o protocolo https para efetuar transações online seguras.

Para estabelecimento desse canal seguro o sistema cliente deverá possuir um certificado de Equipamento-A1 assinado por uma das autoridades certificadoras da ICP-Brasil.

Dessa forma, faz-se necessário a aquisição de um certificado digital para que possamos implementar o módulo de integração do GEORFI com o Novo SIAFI.

Não foram encontradas outras soluções capazes de atender à demanda.

Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI¹

Não se aplica.

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil

Emitidos por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Modelo de Requisitos Moreq-Jus²

Não se aplica.

1.3 Análise dos Custos Totais da Demanda

Item	Quantidade	Custo Unitário*	Custo Total
Certificado Digital Equipamento A1	1	1600,00	1600,00
Total			1.600,00

¹ O Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) visa estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, e além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual. (<http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/modelo-nacional-de-interoperabilidade>)

² O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) apresenta os requisitos que os documentos digitais produzidos pelo Judiciário e os sistemas informatizados de gestão documental deverão cumprir, no intuito de garantir a segurança e a preservação das informações, assim como a comunicação com outros sistemas. ([Http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-proname/sistema-moreq-jus](http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-proname/sistema-moreq-jus))



Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.4 Escolha e Justificativa da Solução

Com base no caso concreto e com o objetivo de implementar a funcionalidade de criptografia entre os servidores web dos sistemas supracitados e os usuários finais, a aquisição de Certificados Digitais para servidores Web (SSL) é única solução viável.

1.4.1 Descrição da Solução

Aquisição de 01 (um) Certificados Digitais para Servidores Web (SSL) raiz ICP-Brasil, com suporte técnico e validade de 1 (um) ano.

1.4.2 Alinhamento da Solução

A solução está alinhada com o objetivo estratégico de “promover a melhoria dos serviços de TIC” e “consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade” do Planejamento Estratégico Institucional do TRE-BA 2016-2021

1.4.3 Benefícios Esperados

Garantia de autenticidade, confidencialidade, integridade e não repúdio nas operações realizadas pelos magistrados e servidores.

Agilidade, melhoria e economia em diversos processos da SOF.

1.4.4 Relação Demanda/Quantidade

Necessidade de 01 certificado digital para servidor Tipo A1, tendo em vista que o módulo de integração será utilizado em apenas um servidor WEB.

1.5 Adequação do Ambiente

Não há necessidade.

2 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

2.1 Recursos Materiais e de Pessoal

Pessoal especialista em Rede de Computadores, mesmo que seja por serviços terceirizados, para a instalação dos certificados digitais nos servidores Web.

2.2 Continuidade Contratual

Não se aplica.

2.3 Transição e Encerramento Contratuais

Não se aplica.

2.4 Independência Tecnológica

Não se aplica.



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Natureza do Objeto

Aquisição de solução de TIC.

3.2 Parcelamento e Adjudicação do Objeto

Não se aplica.

3.3 Modalidade e Tipo de Licitação

Dispensa para aquisição de certificado digital, de acordo com as especificações exigidas.

3.4 Classificação e Indicação Orçamentária

Item de despesa: 33904023.

Descrição: Emissão de certificados digitais.

Plano Interno: TIC ARMDAD.

3.5 Equipe de Apoio à Contratação

No âmbito deste Tribunal, a equipe de apoio à contratação será composta pelos membros da equipe de planejamento.

3.6 Equipe de Gestão da Contratação

No âmbito deste Tribunal, a equipe de apoio à contratação será composta pelo Gestor do Contrato e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo. A equipe de fiscalização será composta pelos mesmos integrantes da equipe de planejamento da contratação.

4 ANÁLISE DE RISCOS

Referencial para a análise de riscos:

Probabilidades: 1 – insignificante; 2 – baixa; 3 – média; 4 – alta; 5 – muito alta.

Impactos: 1 – insignificante; 2 – baixo; 3 – médio; 4 – alto; 5 – muito alto.

Matriz Probabilidade X Impacto						
		Impactos				
		1	2	3	4	5
Probabilidades	5	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

	2	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5

Resultados da probabilidade X impacto:

Risco baixo: zona verde (resultados de 1 a 5);

Risco médio: zona amarela (resultados de 6 a 12);

Risco alto: zona vermelha (resultados de 15 a 25).

Risco 1: Não conclusão da contratação no prazo.		Fase: processo de contratação		
Id	Dano	Probabilidade	Impacto	Resultado
1	Não adquirir o certificado e não implantar a funcionalidade de integração do GEORFI com o SIAFI.	1	5	5
Ações de Mitigação				
Id do Dano	Ação	Responsável		
1	Deflagração imediata do T.R.	Equipe de planejamento da contratação		
Ações de Contingência				
Id do Dano	Ação	Responsável		
1				

Risco 2: Fornecedor não receber a Nota de Empenho.		Fase: processo de contratação		
Id	Dano	Probabilidade	Impacto	Resultado
1	Não adquirir o certificado e não implantar a funcionalidade de integração do GEORFI com o SIAFI.	2	5	10
Ações de Mitigação				
Id do Dano	Ação	Responsável		
1	Convocar o segundo colocado	SEAQUI		
Ações de Contingência				
Id do Dano	Ação	Responsável		



Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1	Realizar nova contratação.	COMAP
---	----------------------------	-------

Equipe de Planejamento da Contratação Documento assinado eletronicamente via PAD		
Integrante Técnico	Integrante Demandante (Coordenador dos trabalhos)	Integrante Administrativo
Raphael Ângelo <i>SEMIN</i>	Livio de Assis Ara <i>SEMIN</i>	Lisa Valeria Rebouças Tio <i>COSUP</i>
Salvador, 9 de dezembro de 2020		